



## A “RE-EXISTÊNCIA” DA COMUNIDADE PIQUIÁ DE BAIXO NA “ÚLTIMA FRONTEIRA”:

entre a vida e os grandes projetos.

Francisca Regilma de Santana Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo traz partes da história de luta da comunidade Piquiá de Baixo Açailândia - MA, no Oeste no estado. A pesquisa foi orientada por leituras sobre a comunidade e acrescida de informações registradas em campo a partir da observações e vivências. Também foram realizadas leituras e estudos de referências sobre as temáticas que permeiam a pesquisa. Da relação entre as metodologias resultou o texto deste artigo sobre as formas de “re-existência” desta comunidade que vive na fronteira entre a vida e os impactos dos grandes projetos implantados na Amazônia maranhense.

**Palavras-chave:** Resistência, Piquiá de baixo, grandes projetos, Amazônia maranhense.

**ABSTRACT:** This article brings parts of the fighting story of the Piquiá community of Baixo Açailândia - MA, in the west in the state. The research was guided by readings about the community and added information recorded in the field from the observations and experiences. Also readings and studies of references on the themes that permeated the research were carried out. The relationship between the methodologies resulted in the text of this article on the forms of "re-existence" of this community that lives on the border between life and the impacts of the great projects implanted in the Maranhão Amazon.

**Keywords:** Resistance, Piquiá from below, great projects, Amazon Maranhão

## 1 INTRODUÇÃO

Nos governos militares a Amazônia Brasileira se tornou um imenso cenário de ocupação territorial que trouxe profunda alteração da paisagem natural e social, com extensas áreas de florestas convertidas em pastagens, agroindústrias, mineradoras e madeireiras. Na

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [regilmama@gmail.com](mailto:regilmama@gmail.com)



Amazônia Maranhense<sup>2</sup> não foi diferente. A partir do ano 2000 aproximadamente, a economia brasileira passa a ter atividades como o extrativismo mineral, a agricultura empresarial e a pecuária se expandindo de forma significativa. O Agronegócio como ficou conhecida a chamada agricultura empresarial, se instalou no campo amazônico e nas áreas de cerrado maranhense com objetivo de produzir commodities<sup>3</sup> e matérias primas/monoculturas que sustentem a cadeia destes produtos sobretudo nestas áreas de fronteiras que facilitam a logística e os custos totais se tornam mais baixos.

A partir de 2015 com a aprovação do Decreto 8.447 (06/05/2015) se apresenta neste cenário, o Plano de Desenvolvimento agropecuário do MATOPIBA<sup>4</sup>. No Maranhão 15 microrregiões; 135 municípios e 23.982.345,87ha, referentes a 72,25% do território estadual. Dentro desta delimitação encontra-se 14 unidades de conservação; 23 quilombos; 400 assentamentos rurais e 14 terras indígenas.

o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais, estão ampliando em todo o mundo o chamado modelo de produção do agronegócio (agribusiness), que se caracteriza sucintamente por: organização da produção agrícola na forma de monocultivo em escalas de áreas maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e da terra (...); uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e a agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo. (STÉDILE, 2013, p. 23)

Com a expansão do agronegócio também se evidenciam as existências no campo e as resistências sociais dos habitantes desses territórios. Assim sujeitos marginalizados se organizam em movimentos sociais, sindicatos, Organizações não governamentais apoiados em parte por igrejas com viés, mas progressistas como a igreja católica, associações de moradores dentre outros para fazer sua voz ecoar nesse cenário de disputa tanto no campo como nas cidades.

<sup>2</sup>A Amazônia no território do estado do Maranhão corresponde a 3% do território amazônico brasileiro (cerca de 81.208,40km<sup>2</sup>) representa 24,46% do território do Estado do Maranhão (IBGE 2002). Envolve 62 municípios.

<sup>3</sup> “Commodity” mercadorias com pouco valor agregado e quase sem diferenciação - que podem, portanto, ser negociadas globalmente sob uma mesma categoria. Minério de ferro, madeira, carne e frango “in natura”, soja e petróleo. Se dividem entre agrícolas ou agropecuárias, minerais, financeiras e ambientais.

<sup>4</sup>Nome dado à confluência dos estados citados e criado a partir da junção das siglas dos mesmos. A região do MATOPIBA tem aproximadamente 25 milhões de habitantes e ocupa uma área média de 73 milhões de ha. A repartição territorial aproximada entre os quatro Estados é a seguinte: 33% no Maranhão; 38% no Tocantins; 11% no Piauí; 18% na Bahia, envolvendo 337 municípios. O bioma Cerrado predomina na região do MATOPIBA (91% da área). E nessas áreas encontram-se 42 unidades de conservação ambiental, 28 terras indígenas, 34 territórios quilombolas e 865 assentamentos rurais.



Diante de tais contradições, nos propomos ao exercício de registrar as formas encontradas pela comunidade Piquiá de Baixo para sua “re-existência”. A coleta de dados primários foi feita através da investigação a campo com entrevistas estruturadas além das anotações das observações realizadas no caderno de campo. Para nortear as reflexões acerca dos impactos dos grandes projetos naquela realidade realizou-se leituras e estudos de referenciais acerca das principais temáticas e abordagens.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do capitalismo exige a transformação e a degradação da natureza para atender a expansão do capital e, isso tem ocorrido com amplo apoio de políticas estatais. Quanto a esse aspecto, Harvey (2005) destaca que na expansão territorial o capital impõe certa racionalização geográfica no processo produtivo e setoriza os espaços (ou áreas de fronteiras), modifica a paisagem local, e, assim o capitalismo expressa novas contradições, tendo em vista que a expansão geográfica é dinâmica e dialética. Sobre os espaços, no livro *Fronteira a degradação do Outro dos Confins do humano*, Martins (2016) faz um apanhado sobre o que chama de “quadro de referência da possibilidade de reflexão” o autor se refere a sua pesquisa, mas nos valem de sua reflexão para dialogar aqui sobre as questões postas quando se refere ao capitalismo de fronteira e destaca,

O lema da ditadura era “integrar” (a Amazônia ao Brasil) “para não entregar” (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Os limites falavam em “ocupação de espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII” (MARTINS, 2016, p.74)

Na década de setenta do XX, tornou-se explícita a política oficial de reorientar o desenvolvimento agrário do país, tendo por pressuposto a introdução no campo de grandes projetos agropecuários, de exploração de minérios e recursos florestais. O Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/64) forneceu o instrumental para a resolução dos conflitos pontuais entre proprietários e posseiros, mediante os mecanismos jurídicos para a legitimação dos títulos. Concluídas as transações comerciais com os grandes grupos econômicos que se apropriaram das terras devolutas, foi criada a COTERMA – Companhia de Terras do Maranhão -, em abril de 1979 e, dois anos depois, o ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão. O GETAT – Grupo



Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins, criado em 1980, complementar os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Estado.

Acompanhando essas mudanças, a partir dos anos 1990 surge no cenário nacional o assim chamado “agronegócio”, herdeiro da modernização conservadora do campo brasileiro impôs um ritmo e uma abrangência ainda maior à expansão territorial das atividades agropecuárias, avançando a passos largos sobre o Centro-Oeste e expandindo a fronteira agrícola em direção de biomas como o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia. Carneiro (2013) destaca o lançamento do Programa do Corredor de Exportação Norte e destaca como sendo objetivo do programa, “o desenvolvimento econômico e social das regiões do Sul do Maranhão, do Sudoeste do Piauí e do Nordeste do Tocantins” no que se refere a expansão da sojicultora na Amazônia Oriental.

Esse modelo vem sendo implementado há décadas no país com denominações diferentes como Programa de Cooperação Nipo – Brasileira para o Desenvolvimento Dos Cerrados – PRODECER I (1974), II (1985), III que incluiu os Estados do Maranhão e Tocantins (1985) é marcado por um processo acelerado de compra de terras por capitais estrangeiros (estrangeirização de terras). Em 1980 através do decreto Lei nº 1813 foi instituído o Projeto Ferro Carajás<sup>5</sup> apresentado pela Companhia Vale do Rio Doce.

Nesse cenário, o Maranhão deixa de ser grande produtor de arroz (função desempenhada até meados anos sessenta), para dar prioridade às políticas de Governo administradas pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social - BNDES, Banco do Brasil - BB, Companhia Vale do Rio Doce –CVRD.

Mais tarde com a implantação da Suzano Papel e Celulose (final de 2013). Pantoja e Pereira (2019) problematizam a forma como o discurso desenvolvimentista vem se constituindo na Amazônia maranhense e na cidade de Imperatriz<sup>6</sup> com a implantação da multinacional Suzano Papel e celulose,

O que a historiografia local e os discursos “desenvolvimentistas” não consideram são as narrativas das formas econômicas existentes até então, antes desses projetos. Parece ocorrer um trabalho de invisibilização das particularidades materiais e simbólicas do Oeste Maranhense. A nosso ver, esses silenciamentos e, às vezes, até “morte” dessa memória da cidade e da região podem ser explicados pelo fato de essas formas econômicas do

<sup>5</sup> O programa tinha como objetivo beneficiar empresas que viessem a se instalar na região (Maranhão, Pará e Tocantins) através de incentivos financeiros e isenções fiscais que seriam concedidas através de instituições públicas como SUDAM, SUDENE. CARNEIRO (2013, p. 44)

<sup>6</sup> Fundada em 16 de julho de 1852, é a segunda maior cidade do Estado do Maranhão. População estimada de 258.016mil habitantes (IBGE, 2018)



passado não serem condizentes com a lógica de uma “economia moderna”, sendo por isso suprimidas violentamente (PANTOJA E PEREIRA, 2019, p 83.).

Na mesma dinâmica, estão os movimentos, organizações sociais, ONG's, comunidades tradicionais e indígenas, etc., que resistem à lógica de desenvolvimento adotada pelos governos e pelo Estado Brasileiro. Escobar (2005) chamou de capitalcentrista a lógica de desenvolvimento que desconsidera os saberes, projetos e sonhos das populações locais em nome de uma agenda instrumental, Pantoja e Pereira (2018) inspirados nessa perspectiva acreditam que o capitalcentrismo,

Considera as formas econômicas “tradicionais” dentro de um processo de incorporação que oculte ou subjugu aspectos da cultura que não dialoguem com os princípios da ciência moderna. Tal abordagem traria uma violência epistêmica contra povos que buscam economias de subsistência ou solidárias como, por exemplo, pequenos agricultores familiares, extrativistas, pescadores, enfim todos aqueles classificados como representantes de uma economia “atrasada” devem desaparecer, de acordo com essa lógica (PANTOJA E PEREIRA, 2018, p. 83).

A lógica e o discurso problematizados pela autora e pelo autor, refletem os diálogos mantidos com os sujeitos da comunidade Piquiá de Baixo, afirmações como o depoimento de Andreia - membro da associação de moradores da comunidade “nós tivemos que nos mudar para poder sobreviver com saúde, pois as empresas não vão mudar daqui” seja no campo ou na cidade muitas comunidades e seus modos de vida são invisibilizados ante a dinâmica econômica atual. Sobre esta questão Carneiro (2013) expõe a seguinte questão,

Essa nova dinâmica da economia regional será capaz de incluir na repartição de seus benefícios os diversos grupos de trabalhadores rurais e urbanos cuja relação com os empreendimentos promovidos pela Vale na Amazônia oriental até o presente momento tem sido nula ou caracterizado por uma forte dose de conflito? (CARNEIRO, 2013, p. 59)

Os conflitos são evidentes na relação entre comunidade e siderurgia, são lados distintos defendendo interesses e disputando um território com sentidos diferente, as vezes oposto, para ambos. É uma relação de poder desigual que força a comunidade a mudar constantemente suas estratégias de luta. Nas fronteiras onde o capital se instala a vida fica em segundo plano.

## 2.1 A Siderurgia e a monocultura do eucalipto no município de Açailândia



Açailândia é o oitavo município mais populoso do estado, com um total de 111.757 habitantes segundo estimativas do IBGE (2018). O nome do município vem da árvore açazeiro. A água, a terra fértil e a madeira foram os principais atrativos para manter os trabalhadores no local, que pertencia ao município de Imperatriz. Açailândia foi emancipada de Imperatriz em 1981, com a construção da Estrada de Ferro Carajás e da Ferrovia Norte Sul (1987 início das obras), o município recebeu as primeiras siderúrgicas.

A cidade iniciou suas atividades econômicas com a extração da madeira na década de 1980, por quase 15 anos, as siderúrgicas alimentaram a produção de ferro gusa exclusivamente com mata nativa e, por isso, tornaram-se os principais sujeitos do desmatamento. Além das pastagens que se sucedem ao longo das margens da Estrada de Ferro Carajás, plantações de eucalipto são vastamente observadas nas proximidades de Açailândia. Plantado em milhares de hectares pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que controla os preços do minério de ferro na região -, o eucalipto, transformado em carvão vegetal, é usado para aquecer os altos-fornos siderúrgicos que transformam o minério de ferro em ferrogusa. Atualmente, uma das maiores consumidoras do minério de ferro – utilizado sobretudo na construção civil – é a China. Hoje, cerca de 98% do minério de ferro extraído em Carajás é exportado.

Para Carneiro (2013) “o interesse da Vale no desenvolvimento de outras atividades econômicas se explica pelo fato dessa empresa também atuar no segmento de logística”. Para ele, a companhia Vale do Rio doce (renomeada em 2007 para Vale) é a principal responsável pelo que se tornou o Projeto Grande Carajás embora que as agências de governos como SUDAM, SUDENE, BNDES tenham tido seu papel para a instalação da exploração mineral e o fomento de outras atividades incluindo a monocultura do eucalipto.

Ao todo, o Polo Siderúrgico de Carajás é composto por 14 usinas 7 delas instaladas no Maranhão, das quais cinco na comunidade de Piquiá, município de Açailândia. Nesta região estão localizadas diversas empresas que têm o controle da terra, dos minerais, da água e da força de trabalho local dentre elas o destaque para a chegada da Suzano Papel e Celulose, instalada na região por ser estratégica e rica em recursos naturais (água, terra), pela facilidade de escoamento (ferrovias) e pela quantidade de terras “disponíveis”.

Com a implantação da Suzano Papel e Celulose no município de Imperatriz em 2008 esse processo de expansão das florestas de eucalipto se intensificaram, a Organização Não governamental Repórter Brasil (2011) registra que a Suzano já dispõe de aproximadamente 154mil ha de eucalipto para abastecer as fábricas” e destaca nos Estados do MA, PI, TO e PA são 236mil ha de plantações de eucalipto, daí saem 30% de carvão vegetal necessário para o funcionamento dos altos fornos das usinas de ferro gusa.



Para Filho, advogado do CDVDH, e assessor da Associação de Moradores da comunidade Piquiá de Baixo, em entrevista concedida à página da Rede Justiça nos trilhos,

A indústria madeireira tirou a madeira de lei, depois vieram as siderúrgicas que tiraram a madeira mais fina, a capoeira, e, onde não tinha mais floresta, foi feita a pastagem para o gado e eucalipto [...]O município não é pobre, mas há um descompasso político, empresarial e industrial que não consegue fazer a cidade se desenvolver. A gente não visualiza na região progresso e desenvolvimento, é uma produção que gera muita riqueza, mas as pessoas não sentem no dia a dia, na educação, saúde, infraestrutura da cidade ou em condições de trabalho. (FILHO, 2015, p.).

## 2.2A Comunidade Piquiá de Baixo na fronteira entre a vida e os grandes projetos

No bairro de Piquiá de Baixo, residem cerca de 380 famílias (aproximadamente 1.200 pessoas), há registros que datam seu surgimento a partir de meados dos anos 1970. Contam os moradores que a primeira escola de Açailândia foi construída nesse bairro, fato que aparece nos diálogos de forma entusiasmada e respeitosa pelo feito. Em meados dos anos 1980 quando o povoado passou a ser circundado pelas indústrias de ferro-gusa, a Estrada de Ferro Carajás e do entreposto de minério da Vale S.A, a condição de saúde ficou prejudicada pelas mudanças ambientais ocasionadas pela emissão de poluentes pelas empresas/ do polo siderúrgico.

No meio do caminho, à beira da ferrovia que liga os novecentos quilômetros entre as minas e o porto de São Luís do Maranhão, encontra-se a comunidade de Piquiá de Baixo. Foi dali que em 2005, o Sr. Edvard, ex-presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá, escreveu de próprio punho uma carta ao então Presidente Lula explicando a situação em que viviam as famílias de Piquiá de Baixo. Assim como Sr. Edvard, muitos outros moradores “gastaram sola dos sapatos”, como falam localmente, e tem muitas histórias para contar de seus dias, noites e viagens de luta e resistências.

D. Graça e Seu Antônio são moradores da Comunidade, ela conta que veio morar em Piquiá em 2000 antes morava em outro bairro de da cidade mas, como Sr. Antônio trabalhava nas Serrarias ela veio também, e ali começou a trabalhar como cozinheira em uma das “fábricas”, ela conta, “ah, naquele tempo em 2009 a gente se virava sozinho, não tinha ainda esse pessoal que hoje ajuda a gente” referindo-se aos atuais parceiros nas resistências que iremos descrever ao longo do texto. E continua “eu saía de casa em casa pra cadastrar os



moradores<sup>7</sup>, todo mundo se reunia, a gente conversava sobre o que a gente ia fazer, por que a situação estava ficando feia, só os padres aparecia às vezes”. D. Graça se descreve, “crente”<sup>8</sup>, mas reconhece com suas palavras “que os padres ajudaram e ajudam muito, sem eles ia ser tudo mais difícil, e também tem os advogado”.

Em 2007 a associação de moradores iniciou sua luta juntamente com uma rede de parceiros com destaque aqui para o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos<sup>9</sup>, e a Paroquia Santa Luzia. A principal reivindicação das famílias do bairro, foi o reassentamento coletivo numa região livre da poluição, a intervenção proposta pretende atender 312 famílias afetadas diretamente pela siderurgia, conforme destaca Filho advogado do CDVDH,

O contraste é profundo. De um lado, a indústria de ferro gusa ligada ao projeto desenvolvimentista nacional e à inserção brasileira no mercado internacional de commodities. De outro, uma comunidade e sua dinâmica local. De um lado, uma ferrovia de escala nacional, construída para escoar a produção do Projeto Carajás para o porto de São Luís/MA (FILHO, 2015)

Com as parcerias a luta se intensifica e a palavra de ordem é reassentamento já. Laudos elaborados desde 2007 demonstram a inviabilidade da convivência entre indústrias e assentamentos humanos naquela localidade. Nesse contexto, a Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá decidiu lutar coletivamente pelo reassentamento em uma nova área, livre da contaminação.

Foram/são anos de lutas e enfrentamento com muitas idas e vindas, envolvendo audiências junto ao Ministério Público; e manifestações para dar visibilidade às demandas da comunidade. Com faixasse dizeres como “As vacas tem para onde ir o povo de Piquiá de Baixo não “os moradores interditaram a BR 222 em Açailândia para chamar a atenção de toda a sociedade e da Prefeitura, como forma de reivindicar a aquisição do terreno para o reassentamento das famílias. Todos que passam por aquele trecho da BR010 (vindo sentido Açailândia), onde a margem esquerda está a comunidade e a margem direita o Polo siderúrgico, sentem um pouco do que é viver naquele trecho. Poeira e resíduos dos fornos são sentidos por toda parte. Idosos e crianças são as principais vítimas do “pó preto”, uma das formas de tornar visível tal sofrimento é fechando a BR para que o trânsito pare e quem esteja no entorno perceba e se solidarize com a situação daquelas famílias. Depois desta,

<sup>7</sup>Levantamento feito pela Associação comunitária de Piquiá de Baixo para identificar moradores, sócios da associação para fins gerais inclusive posteriormente para o reassentamento. Neste cadastro contam dados gerais pessoais, profissionais, econômicos de cada sócio e ou morador.

<sup>8</sup> Categoria nativa para se referir ao pertencimento protestante ou pentecostal.

<sup>9</sup>Centro de Defesa da Vida e dos Direitos humanos Carmen Bascaran – CDVDH/CB é uma Organização não Governamental, sem fins lucrativos, fundada em 18 de nov. de 1996 em Açailândia/MA. <http://www.cdvdhacai.org.br>



CIVILIZAÇÃO  
OU BARBÁRIE:  
o futuro da  
humanidade



# IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019

Cidade Universitária da UFMA  
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019  
Informações: [www.joinpp.ufma.br](http://www.joinpp.ufma.br)

outras mobilizações, reuniões, assembleias e audiências ocorreram para que o poder público local para aquisição do terreno e início das obras Foram muitos os momentos de apoio, a exemplo da Romaria da Terra e das Aguas, realizada em 2011 na qual a igreja declara solidariedade à luta da comunidade; protesto contra a demora no processo de reassentamento na sede da Gerencia Habitacional - GIHAB da Caixa Econômica Federal em São Luís; Manifestações em frente ao Palácio dos Leões na capital do estado (2017); mobilizações de rua na cidade com destaque para as passeatas no dia de Combate ao Trabalho Escravo; por ocasião das celebrações à Declaração Universal dos Direitos Humanos; no Dia 8 de março: dia internacional da mulher juntamente com o Centro de Defesa e toda a Rede de parceiros, sempre sob a bandeira de Reassentamento Já!

Um dos processos mais ricos na lutas de resistências são os momentos de formação cidadã e política com rodadas de diálogo e reflexão sobre políticas públicas, direitos humanos, impactos dos grandes projetos. A associação de Moradores promove encontros para debates e capacitações com moradores par discutir sobre assuntos conjunturais e para realizar formações sobre temas demandados pelos mesmos como: a participação de todos nos processos de tomada de decisão (junto a isso estudam sobre associativismo, participação popular); outro tema muito discutido é a participação e inserção dos jovens nas lutas cotidianas da comunidade: atualmente a associação executa um projeto para formação da juventude e os estimula a produzir áudios, vídeos sobre a história da comunidade, em parceria com a Rede Justiça nos Trilhos. Sobre a formação das mulheres a associação tem se destacado em iniciativas de geração de trabalho e renda na perspectiva econômico solidária, um exemplo é o Restaurante Sabor da conquista, recém-inaugurado no canteiro de obras. São inúmeras as formas de superação que a comunidade busca frente a situação de pobreza e enfrentamento que vivem.

A comunidade também passou a receber inúmeros pesquisadores, ONG'S, estudantes interessados em conhecer e divulgar sua história de lutas e "re-existência".

Esse êxodo de libertação que a Romaria percorre é também uma Via Sacra: caminhamos, passo a passo, ao ritmo de todos os povos e comunidades atingidas pelos grandes projetos, por um desenvolvimento que não é para todos. Comunidades tradicionais ameaçadas e crucificadas, espoliadas de suas terras e frutos, que são suas vestes e sustento. Camponeses expulsados de suas terras, forçados a morrer fora das portas da cidade, não mais cidadãos de nosso País de ordem e progresso (Pe. BOSSI,2015, p.2).

Além das lutas locais, estaduais e nacionais a história da comunidade de Piquiá de Baixo ficou conhecida em outros países pela relação direta dos padres Combonianos dentre eles Pe. Bossi, figura respeitada e querida de toda a comunidade. Em entrevista concedida em ocasião da audiência sobre "Violência contra Povos Indígenas" na Comissão





Interamericana de Direitos Humanos – CIDH da Organização dos Estados Americanos – OEA, em Washington, nos EUA em outubro de 2015.

A solução individual estava se transformando em projeto comunitário. O reassentamento não é fuga ou submissão à necessidade brutal de que alguém necessariamente sofra para o “progresso” de todos”. A vida é insustentável naquela região, e um laudo judicial já demonstrou a impossibilidade da convivência entre empresas e famílias. Doenças agudas e crônicas, mortes por câncer pulmonar ou insuficiência respiratória especialmente dos mais idosos acontecem frequentemente na comunidade e têm sido comprovadas por uma pesquisa da Federação Internacional dos Direitos Humanos, realizada ainda em 2011, com sérias recomendações ao governo brasileiro e às empresas, que ainda não foram cumpridas (Pe. BOSSI, 2015, p.2)

Assim tem sido a caminhada da comunidade Piquiá de Baixo. Manifestações, protestos, denúncias, processos judiciais, reivindicações para o eficaz monitoramento ambiental por parte do Estado, além do fortalecimento de redes de articulação estadual, nacional e internacional para dar visibilidade à causa das famílias. As obras para o reassentamento iniciaram em 2018, o novo bairro será chamado Piquiá da Conquista, longe do “pó preto” e dos fornos da siderurgia. O caso da comunidade não é isolado de vários outros casos de comunidades impactadas pelos grandes projetos de desenvolvimento no Estado do Maranhão no Brasil e no mundo.

### 3 CONCLUSÃO

O deserto verde, assim chamada a monocultura do eucalipto para as bandas da Amazônia maranhense, alimenta diariamente os fornos da siderurgia que se instalaram sobre a comunidade Piquiá de Baixo e, em nome de uma perspectiva eurocêntrica de desenvolvimento, desconsidere os saberes, sonhos e modos de se organizar das pessoas que ali habitavam. Lutar para reverter tal situação parece ter sido a uma forma encontrada por esses povos para sobreviver. Assim, o reassentamento se apresenta para aquela comunidade como a única forma de existência, sair de seu local onde viviam há mais de 30 anos foi a forma encontrada para sobreviver.

A associação dos moradores de Piquiá de baixo enfrenta inúmeros desafios, mas não está só, continua com apoio e assessoria de uma rede de organizações de formação e luta direta denunciando os impactos da mineração e do agronegócio nas realidades de diversas comunidades não somente no estado do Maranhão, mas em outros estados, e



sobretudo, seguem com os processos de formação, projetos sociais com foco nas juventudes e nas mulheres como forma de construir a autonomia e participação.

Um pouco mais de 10 anos de luta resultaram no início das obras para o reassentamento. O novo bairro - é um projeto sustentável coletivo onde todos poderão reinventar novas histórias e continuar re-existindo, o antigo Piquiá de Baixo será o novo Piquiá da Conquista, nome escolhido por todos em assembleia. O reassentamento não significa o fim dos conflitos entre comunidade e os grandes projetos, pois permanece crescente a monocultura do eucalipto, a exploração de minérios, os reflexos da construção da duplicação da estrada de Ferro Carajás ao longo dos trilhos, a expansão das áreas para cultivo de *commodities* como soja, milho e a pecuária. O polo Siderúrgico de Açailândia continua em pleno funcionamento e ainda existem moradores no Piquiá de baixo envolvidos à uma nuvem de fumaça. A promotoria de Justiça de Açailândia acompanha o processo do reassentamento pelo decreto 01/2011.

As resistências dos camponeses na Amazônia maranhense abalam, mas não conseguem vencer a lógica de desenvolvimento por hora colocada. Por outro lado, para esta e outras comunidades dessa fronteira do capital resistir é condição para existir. Vida e luta são sinônimas, coexistem.

## REFERÊNCIA

BOSSI, D. **Comunidade de Piquiá de Baixo**: Deslocamentos forçados e a ausência do Estado brasileiro. Entrevista especial com Dário Bossi. 2015 <disponível em <http://amazonia.org.br/2015/10/acailandia-ma-comunidade-de-piquia-de-baixo-deslocamentos-forcados-e-a-ausencia-do-estado-brasileiro-entrevista-especial-com-dario-bossi>> acesso em: 19 de abril de 2019.

BOSSI, D. **Romaria da terra e das águas**. <http://justicanostrilhos.org/2011/09/07/romaria-da-terra-e-das-aguas-em-piquia-ma>.

CARNEIRO, M S. **Terra, Trabalho e poder**: Conflitos e Lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo, Editora ANNABLUME. 2013.

FILHO, A. J. L. F.; MASSON, N.; COSTA, R.; **Atlas Político Jurídico do Trabalho escravo contemporâneo no Maranhão**. Ética Editora, Imperatriz/MA. 2011.

**CIVILIZAÇÃO  
OU BARBÁRIE:  
o futuro da  
humanidade**



# **IX** Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**20 a 23** agosto  
2019

Cidade Universitária da UFMA  
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019  
Informações: [www.joinpp.ufma.br](http://www.joinpp.ufma.br)

FILHO, A.; CHAMMAS, D.; VILAÇA, Í.; GUERREIRO, I.; LAZARINI, K.; CONSTANTE, P. **As vacas tem pra onde ir, o povo de Piquiá de baixo não. O reassentamento do Piquiá de baixo e os caminhos do desenvolvimento brasileiro.** USINA, 2015. Disponível em: <http://www.usina-ctah.org.br/reassentamentopiquia.html>

MARTINS, J. de S. **O cativo no capitalismo de fronteira.** In FRONTEIRA, A Degradação do outro nos confins do humano. 2ª Edição, 3ª reimpressão – São Paulo: Editora contexto, 2016.

PANTOJA, V. M. L. P. PEREIRA, J. M. **Discursos do Desenvolvimento: (in) visibilidade do social, modernidade e progresso em Imperatriz.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações. Campo Grande/MS. V. 20, n. 1, jan./mar. 2019. p. 79 – 93.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: O Debate da década de 2000** (Org.). São Paulo, 7ª Edição. Editora Expressão Popular. 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.



Fundação  
Sociedade

FAPEMA